

ÍNDICE-SUMÁRIO

I. CONSTITUIÇÃO E TRATADOS

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Lei Constitucional nº 1/2005, de 12 de Agosto	9
Preâmbulo	9
Princípios fundamentais	9
PARTE I Direitos e deveres fundamentais	12
TÍTULO I Princípios gerais	12
TÍTULO II Direitos, liberdades e garantias	15
CAPÍTULO I Direitos, liberdades e garantias pessoais	15
CAPÍTULO II Direitos, liberdades e garantias de participação política	23
CAPÍTULO III Direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores	25
TÍTULO III Direitos e deveres económicos, sociais e culturais	27
CAPÍTULO I Direitos e deveres económicos	27
CAPÍTULO II Direitos e deveres sociais	29
CAPÍTULO III Direitos e deveres culturais	33
PARTE II Organização económica	35
TÍTULO I Princípios gerais	35
TÍTULO II Planos	38
TÍTULO III Políticas agrícola, comercial e industrial	38
TÍTULO IV Sistema financeiro e fiscal	41
PARTE III Organização do poder político	42
TÍTULO I Princípios gerais	42
TÍTULO II Presidente da República	47
CAPÍTULO I Estatuto e eleição	47
CAPÍTULO II Competência	49
CAPÍTULO III Conselho de Estado	52
TÍTULO III Assembleia da República	53
CAPÍTULO I Estatuto e eleição	53

ÍNDICE-SUMÁRIO

CAPÍTULO II Competência	56
CAPÍTULO III Organização e funcionamento	62
TÍTULO IV Governo	65
CAPÍTULO I Função e estrutura	65
CAPÍTULO II Formação e responsabilidade	66
CAPÍTULO III Competência	68
TÍTULO V Tribunais	70
CAPÍTULO I Princípios gerais	70
CAPÍTULO II Organização dos tribunais	71
CAPÍTULO III Estatuto dos juizes	73
CAPÍTULO IV Ministério Público	74
TÍTULO VI Tribunal Constitucional	75
TÍTULO VII Regiões Autónomas	76
TÍTULO VIII Poder Local	80
CAPÍTULO I Princípios gerais	80
CAPÍTULO II Freguesia	82
CAPÍTULO III Município	83
CAPÍTULO IV Região administrativa	84
CAPÍTULO V Organizações de moradores	85
TÍTULO IX Administração Pública	85
TÍTULO X Defesa Nacional	88
PARTE IV Garantia e revisão da Constituição	89
TÍTULO I Fiscalização da constitucionalidade	89
TÍTULO II Revisão constitucional	92
Disposições finais e transitórias	94
TRATADO SOBRE O FUNCIONAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA	
PARTE III AS POLÍTICAS E AÇÕES INTERNAS DA UNIÃO	97
CAPÍTULO 1 A Política Económica	97
CAPÍTULO 2 A Política Monetária	102
CAPÍTULO 3 Disposições Institucionais	104
CAPÍTULO 4 Disposições Específicas para os Estados-Membros cuja Moeda seja o Euro	105
CAPÍTULO 5 Disposições Transitórias	106
TÍTULO IX Emprego	110
TÍTULO XVIII A coesão económica, social e territorial	112
PARTE VI DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS E FINANCEIRAS	113
TÍTULO I Disposições institucionais	113
CAPÍTULO 1 As instituições	113
SECÇÃO 6 O Banco Central Europeu	113
SECÇÃO 7 O Tribunal de Contas	115
CAPÍTULO 4 Banco Europeu de Investimento	117

TÍTULO II Disposições Financeiras	118
CAPÍTULO 1 Os Recursos Próprios da União	119
CAPÍTULO 2 O Quadro Financeiro Plurianual	119
CAPÍTULO 3 O Orçamento Anual da União	120
CAPÍTULO 4 A Execução do Orçamento e a Quitação	122
CAPÍTULO 5 Disposições Comuns	123
CAPÍTULO 6 A Luta Contra a Fraude	124
TRATADO SOBRE ESTABILIDADE, COORDENAÇÃO E GOVERNAÇÃO NA UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA	
Resolução da Assembleia da República nº 84/2012, de 3 de Julho	127
TÍTULO I Objetivo e âmbito de aplicação	133
TÍTULO II Compatibilidade e relação com o direito da União	133
TÍTULO III Pacto orçamental	133
TÍTULO IV Coordenação das políticas económicas e convergência	136
TÍTULO V Governação da área do euro	137
TÍTULO VI Disposições gerais e finais	138
II. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL E ORÇAMENTO DO ESTADO	
LEI DE ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL	
Lei nº 151/2015, de 11 de setembro	143
TÍTULO I Objeto e âmbito	147
TÍTULO II Política orçamental, princípios e regras orçamentais e relações financeiras entre administrações públicas	148
CAPÍTULO I Política orçamental	148
CAPÍTULO II Princípios orçamentais	149
CAPÍTULO III Regras orçamentais	154
SECÇÃO I Regras gerais	154
SECÇÃO II Regras específicas	157
CAPÍTULO IV Relações financeiras entre subsetores	159
TÍTULO III Processo orçamental	159
CAPÍTULO I Primeira fase do processo orçamental	159
CAPÍTULO II Segunda fase do processo orçamental	161
CAPÍTULO III Processo orçamental em situações especiais	163
TÍTULO IV Sistematização da lei do Orçamento do Estado e estrutura do Orçamento do Estado	164
CAPÍTULO I Sistematização da lei do Orçamento do Estado e conteúdo do articulado	164
CAPÍTULO II Estrutura do Orçamento do Estado	167
SECÇÃO I Programas orçamentais	167

SECÇÃO II Conteúdo dos orçamentos da Entidade Contabilística Estado e demais entidades públicas	169
TÍTULO V Execução do Orçamento do Estado e processo de revisão e alteração orçamental	170
CAPÍTULO I Regime geral da execução orçamental	170
SECÇÃO I Princípios de execução orçamental	170
CAPÍTULO II Regime transitório de execução orçamental	174
CAPÍTULO III Processo de revisão e alteração orçamental	175
TÍTULO VI Contabilidade, relato, controlo e transparência	176
CAPÍTULO I Sistema contabilístico	176
CAPÍTULO II Documentos de prestação de contas	177
CAPÍTULO III Controlo e responsabilidades	178
CAPÍTULO IV Transparência	180
REGRAS GERAIS DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA COMPETÊNCIA DO GOVERNO	
Decreto-Lei nº 71/95, de 15 de Abril	183
REGRAS RELATIVAS À ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO POR PROGRAMAS	
Decreto-Lei nº 131/2003, de 28 de Junho	187
LEI QUADRO DO PLANEAMENTO	
Lei nº 43/91, de 27 de Janeiro	191
CAPÍTULO I Princípios fundamentais	191
CAPÍTULO II Orgânica de planeamento	192
CAPÍTULO III Processo de planeamento	193
CAPÍTULO IV Disposições finais e transitórias	194
CÓDIGOS DE CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	
Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro	195
ANEXO I Classificação económica das receitas públicas	200
ANEXO II Classificação económica das despesas públicas	216
ANEXO III Notas explicativas ao classificador económico	235
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DAS DESPESAS PÚBLICAS	
Decreto-Lei nº 171/94, de 24 de Junho	273
ANEXO I a que se refere o nº 1 do artigo 1º – Classificação funcional das despesas públicas	274
ANEXO II a que se refere o nº 2 do artigo 1º – MAPA III Despesas do Estado, específicas, segundo a classificação funcional	277

REGIME DA AUTORIZAÇÃO DA DESPESA INERENTE
AOS CONTRATOS PÚBLICOS

Resolução da Assembleia da República nº 86/2011, de 11 de Abril	279
Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho	281
CAPÍTULO I Disposições gerais comuns	281
SECÇÃO III Realização de despesas	281
SECÇÃO IV Delegação de competências	284

REGIME JURÍDICO APLICÁVEL À ATRIBUIÇÃO DE SUBVENÇÕES
PÚBLICAS

Decreto-Lei nº 167/2008, de 26 de Agosto	285
CAPÍTULO I Disposições gerais	287
CAPÍTULO II Indemnizações compensatórias	287
SECÇÃO I Âmbito e conceito	287
SECÇÃO II Concessão e publicidade das indemnizações compensatórias	288
CAPÍTULO III Obrigações dos beneficiários, fiscalização e controlo	290
CAPÍTULO IV Demais subvenções públicas	292
CAPÍTULO V Disposições finais e transitórias	292

LEI QUADRO DAS PRIVATIZAÇÕES

Lei nº 11/90, de 5 de Abril	295
-----------------------------	-----

III. CONTABILIDADE PÚBLICA

LEI DE BASES DA CONTABILIDADE PÚBLICA

Lei nº 8/90, de 20 de Fevereiro	305
CAPÍTULO I Regime financeiro dos serviços e organismos da Administração Central	305
SECÇÃO I Regime geral – autonomia administrativa	305
SECÇÃO II Regime excepcional autonomia administrativa e financeira	307
CAPÍTULO II Controlo de gestão orçamental	308
CAPÍTULO III Contabilização das receitas e despesas	309
CAPÍTULO IV Normas gerais e transitórias	309

REGIME DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO

Decreto-Lei nº 155/92, de 28 de Julho	311
CAPÍTULO I Regime financeiro dos serviços e organismos da Administração Pública	312
DIVISÃO I Regime geral – autonomia administrativa	312
SECÇÃO I Princípios gerais	312
SECÇÃO II Sistemas da contabilidade e administração	314
SECÇÃO III Libertação de créditos	315
SECÇÃO IV Realização das despesas	316

ÍNDICE-SUMÁRIO

SUBSECÇÃO I Autorização de despesas	316
SUBSECÇÃO II Processamento	317
SUBSECÇÃO III Liquidação	318
SUBSECÇÃO IV Pagamento	318
SUBSECÇÃO V Despesas em conta de fundos de manei- em moeda estrangeira e de anos anteriores	319
SECÇÃO V Restituições	320
SECÇÃO VI Reposição de dinheiros públicos	320
DIVISÃO II Regime excepcional – autonomia administrativa e financeira	322
SECÇÃO I Princípios gerais	322
SECÇÃO II Gestão patrimonial e financeira	323
SECÇÃO III Aplicação de normas do regime geral de contabilidade pública	324
CAPÍTULO II Controlo orçamental	324
CAPÍTULO III Disposições finais e transitórias	325
LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO	
Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro	327
CAPÍTULO I Disposições gerais	327
CAPÍTULO II Disposições finais e transitórias	332
LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO – REGULAMENTAÇÃO	
Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho	333
Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho	335
CAPÍTULO I Âmbito	337
CAPÍTULO II Princípios e regras gerais	337
CAPÍTULO III Prestação de informação	342
CAPÍTULO IV Declarações e plano de liquidação dos pagamentos em atraso	343
CAPÍTULO V Disposições finais	343
REGIME DA TESOURARIA DO ESTADO	
Decreto-Lei nº 191/99, de 5 de Junho	347
CAPÍTULO I Enquadramento	349
CAPÍTULO II Entrada de fundos	350
CAPÍTULO III Saídas de fundos	355
CAPÍTULO IV Operações específicas do Tesouro	356
CAPÍTULO V Contabilidade do Tesouro	357
CAPÍTULO VI Disposições finais e transitórias	359
PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÕES ESPECÍFICAS DO TESOIRO	
Decreto-Lei nº 9/2003, de 18 de Janeiro	363

IV. GESTÃO E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA PÚBLICA

REGIME GERAL DE EMISSÃO E GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Lei nº 7/98, de 3 de Fevereiro	369
TÍTULO I Disposições gerais	369
TÍTULO II Emissão da dívida pública	370
TÍTULO III Gestão da dívida pública	372
TÍTULO IV Disposições finais	373

REGIME JURÍDICO DOS BILHETES DO TESOURO

Decreto-Lei nº 279/98, de 17 de Setembro	375
Decreto-Lei nº 261/2012, de 17 de Dezembro	377

REGIME JURÍDICO DAS OBRIGAÇÕES DO TESOURO

Decreto-Lei nº 280/98, de 17 de Setembro	381
--	-----

REGIME JURÍDICO DOS CERTIFICADOS DE AFORRO

Decreto-Lei nº 122/2002, de 4 de Maio	385
---------------------------------------	-----

EMISSÃO DE CERTIFICADOS ESPECIAIS DE DÍVIDA A CURTO PRAZO

Resolução do Conselho de Ministros nº 111/2009, de 25 de Novembro	391
---	-----

EMISSÃO DE CERTIFICADOS ESPECIAIS DE DÍVIDA DE MÉDIO
E LONGO PRAZO

Resolução do Conselho de Ministros nº 14/2011, de 21 de Fevereiro	395
---	-----

EMISSÃO DE CERTIFICADOS DO TESOURO

Resolução do Conselho de Ministros nº 40/2010, de 11 de Junho	397
---	-----

REGIME JURÍDICO DA CONCESSÃO DE GARANTIAS PESSOAIS PELO
ESTADO OU POR OUTRAS PESSOAS COLETIVAS DE DIREITO PÚBLICO

Lei nº 112/97, de 16 de Setembro	403
CAPÍTULO I Princípios gerais	403
CAPÍTULO II Operações a garantir, beneficiários e modalidades das garantias pessoais	404
CAPÍTULO III Dos critérios de autorização das garantias pessoais	404
CAPÍTULO IV Do processo de concessão e execução das garantias pessoais	406
CAPÍTULO V Das garantias do Estado pela prestação de garantias pessoais	407
CAPÍTULO VI Disposições finais e transitórias	409

CONCESSÃO DE CRÉDITOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS
A ESTADOS MEMBROS DO EURO

Lei nº 8-A/2010, de 18 de Maio	411
--------------------------------	-----

CONCESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE GARANTIAS PESSOAIS
PELO ESTADO NO ÂMBITO DO SISTEMA FINANCEIRO

Lei nº 60-A/2008, de 20 de Outubro

413

V. FINANÇAS LOCAIS E REGIONAIS

REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS
E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS

Lei nº 73/2013, de 3 de setembro

419

TÍTULO I Objeto, definições e princípios fundamentais

419

CAPÍTULO I Objeto e definições

419

CAPÍTULO II Princípios fundamentais

421

TÍTULO II Autarquias locais

427

CAPÍTULO I Receitas dos municípios

427

CAPÍTULO II Receitas das freguesias

437

CAPÍTULO III Repartição de recursos públicos

438

CAPÍTULO IV Regras orçamentais

446

CAPÍTULO V Endividamento

449

SECÇÃO I Regime de crédito e de endividamento municipal

449

SECÇÃO II Regime de crédito e regras de endividamento das freguesias

454

SECÇÃO III Mecanismos de prevenção e de recuperação financeira municipal

455

SECÇÃO IV Fundo de Regularização Municipal

458

TÍTULO III Entidades intermunicipais

459

TÍTULO IV Contabilidade, prestação de contas e auditoria

461

TÍTULO IV-A Transferência de competências para as autarquias locais
e as entidades intermunicipais

466

TÍTULO V Disposições finais e transitórias

467

LEI DAS FINANÇAS DAS REGIÕES AUTÓNOMAS

Lei Orgânica nº 2/2013, de 2 de setembro

471

TÍTULO I Objeto, princípios fundamentais, Conselho de Acompanhamento
das Políticas Financeiras e prestação de contas

471

CAPÍTULO I Objeto e âmbito

471

CAPÍTULO II Princípios

472

CAPÍTULO III Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras

475

CAPÍTULO IV Regras orçamentais

476

CAPÍTULO V Prestação de contas

478

TÍTULO II Receitas regionais

478

CAPÍTULO I Receitas fiscais

478

SECÇÃO I Disposições gerais

478

SECÇÃO II Impostos	479
CAPÍTULO II Outras receitas	481
TÍTULO III Dívida pública regional, procedimento de deteção de desvios e assunção de compromissos	482
CAPÍTULO I Dívida pública regional	482
CAPÍTULO II Procedimento de deteção de desvios	484
TÍTULO IV Desequilíbrio económico e financeiro	484
TÍTULO V Transferências do Estado	485
TÍTULO VI Poder tributário próprio e adaptação do sistema fiscal nacional	489
CAPÍTULO I Enquadramento geral	489
CAPÍTULO II Competências legislativas e regulamentares tributárias	490
CAPÍTULO III Competências administrativas regionais	491
TÍTULO VII Das relações financeiras entre as regiões autónomas e as autarquias locais e assunção de compromissos e pagamentos em atraso	493
CAPÍTULO I Das relações financeiras entre as regiões autónomas e as autarquias locais	493
CAPÍTULO II Assunção de compromissos e pagamentos em atraso	493
TÍTULO VIII Disposições finais e transitórias	494

VI. TRIBUNAL DE CONTAS

LEI DE ORGANIZAÇÃO E PROCESSO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Lei nº 98/97, de 26 de Agosto	499
CAPÍTULO I Funções, jurisdição e competência	499
CAPÍTULO II Estatuto e princípios fundamentais	502
CAPÍTULO III Estrutura e organização do Tribunal de Contas	505
SECÇÃO I Estrutura e organização	505
SECÇÃO II Dos juízes do Tribunal de Contas	506
SECÇÃO III Do Ministério Público	509
SECÇÃO IV Dos serviços de apoio do Tribunal de Contas	510
SECÇÃO V Da gestão administrativa e financeira do Tribunal de Contas	511
CAPÍTULO IV Das modalidades do controlo financeiro do Tribunal de Contas	513
SECÇÃO I Da programação	513
SECÇÃO II Da fiscalização prévia	516
SECÇÃO III Da fiscalização concomitante	518
SECÇÃO IV Da fiscalização sucessiva	519
CAPÍTULO V Da efetivação de responsabilidades financeiras	522
SECÇÃO I Das espécies processuais	522
SECÇÃO II Da responsabilidade financeira reintegratória	523
SECÇÃO III Da responsabilidade sancionatória	525

ÍNDICE-SUMÁRIO

SECÇÃO IV Das causas de extinção de responsabilidades	528
CAPÍTULO VI Do funcionamento do Tribunal de Contas	528
SECÇÃO I Reuniões e deliberações	528
SECÇÃO II Das competências	529
CAPÍTULO VII Do processo no Tribunal de Contas	533
SECÇÃO I Lei aplicável	533
SECÇÃO II Fiscalização prévia	533
SECÇÃO III Fiscalização sucessiva	535
SECÇÃO IV Do processo jurisdicional	535
SECÇÃO V Dos recursos	539
CAPÍTULO VIII Secções regionais	541
CAPÍTULO IX Disposições finais e transitórias	543

SUMÁRIO

I. CONSTITUIÇÃO E TRATADOS

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Lei Constitucional nº 1/2005, de 12 de Agosto 9

TRATADO SOBRE O FUNCIONAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA 97

TRATADO SOBRE ESTABILIDADE, COORDENAÇÃO E GOVERNAÇÃO NA UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA

Resolução da Assembleia da República nº 84/2012, de 3 de Julho 127

II. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL E ORÇAMENTO DO ESTADO

LEI DE ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL

Lei nº 151/2015, de 11 de setembro 143

REGRAS GERAIS DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA COMPETÊNCIA DO GOVERNO

Decreto-Lei nº 71/95, de 15 de Abril 183

REGRAS RELATIVAS À ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO POR PROGRAMAS

Decreto-Lei nº 131/2003, de 28 de Junho 187

LEI QUADRO DO PLANEAMENTO

Lei nº 43/91, de 27 de Janeiro 191

CÓDIGOS DE CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro 195

SUMÁRIO

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DAS DESPESAS PÚBLICAS Decreto-Lei nº 171/94, de 24 de Junho	273
REGIME DA AUTORIZAÇÃO DA DESPESA INERENTE AOS CONTRATOS PÚBLICOS Resolução da Assembleia da República nº 86/2011, de 11 de Abril Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho	279 281
REGIME JURÍDICO APLICÁVEL À ATRIBUIÇÃO DE SUBVENÇÕES PÚBLICAS Decreto-Lei nº 167/2008, de 26 de Agosto	285
LEI QUADRO DAS PRIVATIZAÇÕES Lei nº 11/90, de 5 de Abril	295
III. CONTABILIDADE PÚBLICA	
LEI DE BASES DA CONTABILIDADE PÚBLICA Lei nº 8/90, de 20 de Fevereiro	305
REGIME DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO Decreto-Lei nº 155/92, de 28 de Julho	311
LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro	327
LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO – REGULAMENTAÇÃO Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho	333 335
REGIME DA TESOURARIA DO ESTADO Decreto-Lei nº 191/99, de 5 de Junho	347
PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÕES ESPECÍFICAS DO TESOIRO Decreto-Lei nº 9/2003, de 18 de Janeiro	363
IV. GESTÃO E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA PÚBLICA	
REGIME GERAL DE EMISSÃO E GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA Lei nº 7/98, de 3 de Fevereiro	369

REGIME JURÍDICO DOS BILHETES DO TESOURO	
Decreto-Lei nº 279/98, de 17 de Setembro	375
Decreto-Lei nº 261/2012, de 17 de Dezembro	377
REGIME JURÍDICO DAS OBRIGAÇÕES DO TESOURO	
Decreto-Lei nº 280/98, de 17 de Setembro	381
REGIME JURÍDICO DOS CERTIFICADOS DE AFORRO	
Decreto-Lei nº 122/2002, de 4 de Maio	385
EMISSÃO DE CERTIFICADOS ESPECIAIS DE DÍVIDA A CURTO PRAZO	
Resolução do Conselho de Ministros nº 111/2009, de 25 de Novembro	391
EMISSÃO DE CERTIFICADOS ESPECIAIS DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	
Resolução do Conselho de Ministros nº 14/2011, de 21 de Fevereiro	395
EMISSÃO DE CERTIFICADOS DO TESOURO	
Resolução do Conselho de Ministros nº 40/2010, de 11 de Junho	397
REGIME JURÍDICO DA CONCESSÃO DE GARANTIAS PESSOAIS PELO ESTADO OU POR OUTRAS PESSOAS COLETIVAS DE DIREITO PÚBLICO	
Lei nº 112/97, de 16 de Setembro	403
CONCESSÃO DE CRÉDITOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS A ESTADOS MEMBROS DO EURO	
Lei nº 8-A/2010, de 18 de Maio	411
CONCESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE GARANTIAS PESSOAIS PELO ESTADO NO ÂMBITO DO SISTEMA FINANCEIRO	
Lei nº 60-A/2008, de 20 de Outubro	413
V. FINANÇAS LOCAIS E REGIONAIS	
REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS	
Lei nº 73/2013, de 3 de setembro	419
LEI DAS FINANÇAS DAS REGIÕES AUTÓNOMAS	
Lei Orgânica nº 2/2013, de 2 de setembro	471

SUMÁRIO

VI. TRIBUNAL DE CONTAS

LEI DE ORGANIZAÇÃO E PROCESSO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Lei nº 98/97, de 26 de Agosto

499

ÍNDICE-SUMÁRIO

547

SUMÁRIO

557

BDJUR

BASE DE DADOS JURÍDICA

[LEGISLAÇÃO](#) [CÓDIGOS](#) [JURISPRUDÊNCIA](#) [FORMULÁRIOS](#) [EUR-LEX](#) [DICIONÁRIO](#) [FÓRUM JURÍDICO](#)

bdjur.almedina.net

QUANTO TEMPO JÁ PERDEU A ATUALIZAR A SUA LEGISLAÇÃO?

Na BDJUR procedemos diariamente à atualização de conteúdos, trabalhando de forma sistemática a legislação publicada no Diário da República, disponibilizando códigos, legislação complementar, coletâneas temáticas, decisões jurisprudenciais de tribunais superiores e outras ferramentas práticas para o seu dia-a-dia, como as nossas minutas de autor.

PARA MAIS INFORMAÇÕES

assinaturas@bdjur.almedina.net

213 190 243

916 141 786

